

Corte deve aumentar

A palavra final caberá ao presidente Figueiredo, após os estudos finais do ministro do Planejamento, Delfim Netto, mas fonte do Ministério da Fazenda disse ontem que a busca do acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode exigir corte de Cr\$ 2 a 2,5 trilhões no orçamento das estatais para este ano. Segundo a fonte, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, deve anunciar oficialmente hoje ou amanhã os números do déficit público do primeiro trimestre apresentados ao FMI. Mas a chegada da missão do FMI esta semana não preocupa o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano: "Com o FMI, só existe uma questão de ajuste".

Enquanto o técnico da Fazenda manifestou confiança na renegociação das metas do déficit público - previsto inicialmente em Cr\$ 8,8-trilhões para o final do ano - o diretor do Banco Central disse que a decisão do FMI de adiar a liberação da segunda parcela de US\$ 411 milhões do financiamento ampliado e exigir mudanças mais radicais na economia brasileira não prejudica as negociações do país com os banqueiros internacionais: "Isso não muda as condições básicas do Brasil em termos de seu potencial econômico. Não muda a capacidade creditícia. É um acidente de percurso que não muda o comportamento da comunidade financeira".

O porta-voz do Ministério do Planejamento, Gustavo Silveira, afirmou que, em audiência marcada para as 9 horas de hoje, Delfim deve apresentar ao presidente João Figueiredo as conclusões sobre o elenco de medidas para o ajuste da economia brasileira ao figurino do FMI. Com o anúncio das novas medidas, o porta-voz da Seplan previu que não haverá qualquer impasse nas conversações do Governo brasileiro com a missão do FMI chefiada por Horst

Struckmeyer.

Os números oficiais do déficit público do primeiro trimestre não provocarão surpresas. A fonte do Ministério da Fazenda revelou que o déficit oficial do trimestre ficará mesmo em torno de US\$ 500 bilhões, conforme já divulgou Galvêas. Mas a própria fonte admitiu que o déficit público, calculado pelo critério original e rígido das necessidades de financiamento, até superou a casa dos US\$ 700 bilhões.

A definição do corte efetivo no orçamento das estatais ficará por conta de Figueiredo e, a partir de Cr\$ 1,5 trilhão, poderá chegar a Cr\$ 2,5 trilhões, após a reavaliação dos projetos com real prioridade para este ano. A dimensão exata dos cortes orçamentários depende de uma posição política do presidente Figueiredo, o que influenciará, por sua vez, as negociações com o FMI. Segundo a fonte da Fazenda, o FMI será mais flexível na avaliação do comportamento da economia brasileira e nem cogita em propor mudanças na política salarial.

Lembrou que a concentração do poder de decisão nas mãos de Delfim explica as divergências entre o ministro e o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. Na opinião da fonte, Langoni ainda enfrentará repercussão negativa, a curto prazo, mas depois sairá fortalecido por expor claramente a sua posição em torno das medidas necessárias para a correção de rumo na economia brasileira.

Por envolver também complexas questões políticas, caberá ainda ao presidente Figueiredo definir as novas taxas do crédito subsidiado. O presidente do Banco Central já deixou claro que os encargos do crédito subsidiado devem pelo menos corresponder a 85% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no Centro/Sul, e a 70%, no Norte-Nordeste, mas espera a decisão superior.